

7.2 - O JORNAL NO BRASIL

A invenção da imprensa em meados do séc. XV não garantiu de imediato a ampla circulação de textos, pois o domínio da Igreja e dos nobres senhores feudais rechaçavam tentativas de se estabelecer uma comunicação mais livre. Foi somente com o fortalecimento da classe burguesa, por volta do século XVIII, representada por mercadores, artesãos e mais tarde por industriais, que a imprensa passou a fazer parte do cotidiano social.

Interessava aos burgueses a criação de espaços comunicativos livres, para a troca de informações econômicas sem o controle da Corte. A intenção era transformar a informação em um espaço público capaz de dar visibilidade aos assuntos econômicos. Assim, as primeiras informações jornalísticas eram narrativas de emissários enviados às regiões de conflitos trazendo notícias mais recentes dos acontecimentos. Posteriormente, com a liberação monárquica, a circulação de informação passou a ser impressa. No início eram informações econômicas, veiculando cotações de preços e análises que pudessem ajudar a nova classe social que surgia.



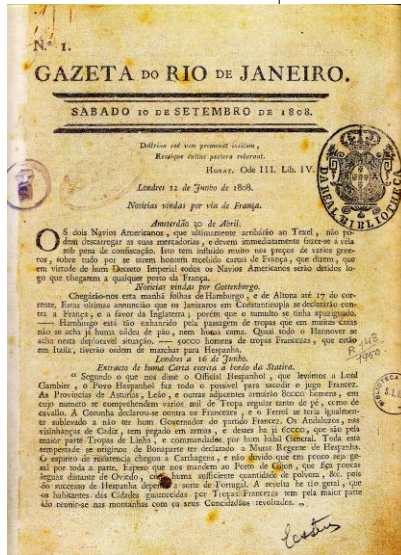
A Tomada da Bastilha - 1798

Logo após a Revolução Francesa em 1798, as constituições liberais reservariam um artigo em defesa da liberdade de expressão, tamanha a importância que a publicação impressa havia alcançado. Era preciso garantir o espaço livre da opinião para dar continuidade ao projeto político da democracia. Era a superação da fase artesanal da imprensa através da necessidade de comercialização de informações úteis a determinados grupos econômicos.

Os jornais são criados para reforçar as negociações, o que coincide com a primeira fase de instauração da burguesia. Nesse momento a informação ainda não tem um tratamento metodológico, não há técnicas para a elaboração dos jornais. O que prevalece é a capacidade de gerar lucros através das ofertas de informações que poderiam melhor orientar o plantio ou a colheita.

Esse modelo de imprensa imposto pela organização do capital não tem reflexo nos jornais que começam a aparecer na mesma época no Brasil. Nesse período histórico os jornais não estão ainda organizados e estruturados, continuam sendo artesanais.

Os motivos que atrasaram o desenvolvimento da Imprensa por aqui são os mesmos para não se implantar as Universidades.



(...) os europeus, que ocuparam as *(áreas espanholas)* na América, nelas encontraram culturas avançadas que, inclusive, conheciam a mineração e aproveitavam os metais preciosos. (...) Não se tratava de comunidades primitivas na idade da pedra lascada, como no Brasil, mas de culturas já em nível adiantado de complexidade. Essas culturas precisavam ser destruídas e substituídas, sob pena de graves riscos para a ocupação, (...) e à retirada do ouro e da prata que o mercantilismo colocava em destaque. Assim, onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria cultura, (...) a dualidade de culturas representava sérios riscos ao domínio. O aparecimento precoce da Universidade e da Imprensa *(na zona espanhola)* esteve longe de caracterizar uma posição de tolerância. Foi, ao contrário, sintoma de intransigência cultural, de esmagamento, de destruição. Necessidade de (...) implantar a cultura externa, justificatória do domínio, da ocupação e da exploração.

(...)

Essa necessidade não ocorreu no Brasil, que não conheceu por isso, nem a Universidade nem a Imprensa, no período colonial. Aqui, não tinha a necessidade da existência prática, pois não representava risco algum.. (SODRÉ, 1966, p. 12-13)

O movimento de implantação da imprensa no Brasil foi vivido com atraso, pois a coroa portuguesa também proibia a vinda de máquinas de impressão para a Colônia. Somente com a chegada da Corte de D. João é que se instala a imprensa oficial e, daí em diante são produzidos jornais, panfletos, folhas avulsas, etc. A imprensa surgia finalmente no Brasil, mas por iniciativa oficial. Aqui, com a chegada da Família Real criavam-se condições para um surto de progresso que mudaria o país. Foi implantada a oficina da *Impressa Régia*, de onde, a 10 de setembro de 1808, saiu o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Jornal oficial onde nada nele constituía atrativo para o público. Nem essa era a preocupação dos que o faziam, preocupados quase e tão somente com o que se passava na Europa. Este foi o primeiro jornal impresso no Brasil.

Nesse período a imprensa é marcada pela censura, pelo controle das publicações e pela prisão daqueles que ousassem criticar a Coroa Portuguesa. A crítica quando conseguia alcançar algum jornal vinha de forma indireta, velada. Contudo, aqui e ali os textos contra a monarquia e o sistema escravocrata começavam a aparecer através dos pasquins. Estes pequenos jornais eram financiados por pequenos grupos para divulgarem suas idéias, expressando seu ponto de vista.

O jornalismo, (...) continuaria extremamente panfletário e a serviço apenas dos ideais de alguns grupos. Não havia um jornal de grande circulação e o número sempre crescente de publicações significava a diversificação de posturas ideológicas. Os jornais informavam pouco e eram extremamente opinativos *(e tendenciosos)*. Com o preço da tipografia relativamente baixo, grupos políticos, literários e até carnavalescos possuíam um jornal.

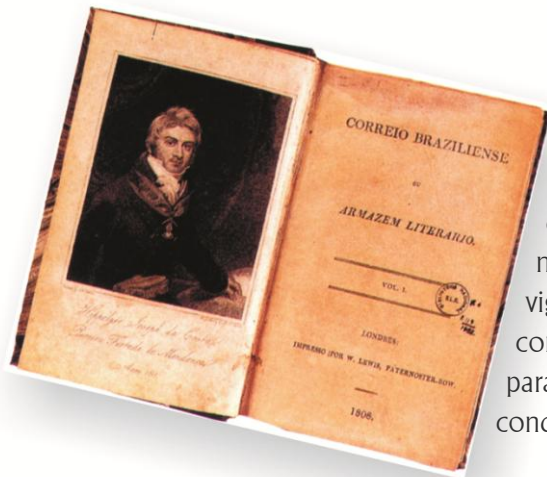
Até quase meados do século XIX, para cada idéia, havia um jornal. O interesse não era vender os exemplares, mas distribuí-los gratuitamente ou vendê-los por um valor irrisório aos simpatizantes das causas. (FERNANDES, 2000, p. 63).

A *Gazeta do Rio de Janeiro* pode ser considerada a primeira publicação impressa produzida no Brasil caracterizada como jornal.

Três meses antes Hipólito da Costa, para fugir da censura portuguesa, começara a editar em Londres o *Correio Brasiliense*, auto-denominado *Armazém Literário*. Na verdade era mais uma revista que um jornal, considerando que na época os dois tipos de publicações não se diferenciavam quanto à forma de apresentação gráfica, mas sim quanto ao conteúdo. Nesse caso as revistas teriam uma maior variedade de assunto, daí o termo *armazém* ou *magazine* (2). Enquanto a *Gazeta do Rio de Janeiro* saía duas vezes por semana com 4 páginas, o *Correio Brasiliense* era mensal.

(...) a *Gazeta do Rio de Janeiro* era embrião de jornal, com a periodicidade curta, intenção informativa mais do que doutrinária, formato peculiar aos órgãos impressos do tempo, poucas folhas, preço baixo. Já, o *Correio Brasiliense* era brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais que informativo, preço muito mais alto.

Em tudo o *Correio Brasiliense* se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como *revista*, e não jornal; em tudo a *Gazeta* se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como *jornal*. (SODRÉ, 1966, p. 26)



○ *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário*. Circulou de 1º de junho de 1808 a dezembro de 1822, saindo regularmente todos os meses, num total de 175 números. A circulação de *Correio Brasiliense* fora objeto de atos de proibição, pois a vigilância das informações circulantes era tenaz. Quando o *Correio Brasiliense* começou a circular, ainda na clandestinidade, não se haviam gerado aqui as condições para o aparecimento da imprensa. O que existia era arremedo. Quando surgiram as condições, o *Correio Brasiliense* perdeu a razão de ser.

A Imprensa da Época



O processo da Independência do Brasil foi longo, tortuoso, com avanços e recuos, influenciados por diversos fatores. Tudo isso repercutiu na imprensa da época. Nesse período a imprensa tem, então, sua primeira fase autêntica, quando os episódios políticos marcaram a evolução dos acontecimentos.

Em junho de 1821 aparecia na Corte o *Diário do Rio de Janeiro*.

(O *Diário do Rio de Janeiro*) foi realmente o primeiro jornal informativo a circular no Brasil. Ocupava-se quase tão somente das questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informações particulares e anúncios: (...) (os assuntos) tratavam de furtos, assassinios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios; tratavam de escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, alugueis e preços de gêneros alimentícios. (SODRÉ, 1966, p. 58)

Passou a ser conhecido como o *Diário do Vintém*, pelo preço que era comercializado, e como *Diário da Manteiga* porque trazia os preços, entre outros gêneros, da manteiga que chegava à Corte para consumo da população. Seu distanciamento das questões políticas era de tal modo que não noticiou a proclamação da Independência, inserindo apenas, a partir de 24 de setembro, editais decorrentes do acontecimento.

O ano da Independência assinalou o aparecimento de numerosos periódicos na Corte e nas províncias, caracterizando a tensão política e assinalando as tendências. Marcante também eram as iniciativas pessoais:

(...) vindo de seu país por motivos políticos, Pierre Plancher, trouxe o seu meio de vida, uma oficina tipográfica completa, que logo pôs em funcionamento, imprimindo folhinhas, leis e papéis avulsos, vendendo na loja também livros e calendários, Plancher tinha, entretanto, a coceira jornalística e logo começou o *Spectador*, que ele mesmo redigia sob o aparente pseudônimo de *Hum Francês Brasileiro*. Foi na oficina, instalada à rua da Alfândega 47, que Pierre Plancher iniciou, a 1º de outubro de 1827, o *Jornal do Comércio*. Assim, a folha não se destinava apenas a dar melhor e maior divulgação às notícias comerciais – preços, movimento de paquetes, informações sobre importação e exportação, noticiário do país e do exterior, particularmente do quadro político, participando, assim dos episódios principais daquela fase. (SODRÉ, 1966, p.126).



Mesmo em ritmo lento, as técnicas de impressão no Brasil começaram a evoluir e os estrangeiros tiveram papel pioneiro nessa evolução. Foram relativamente numerosos os franceses que chegaram ao Brasil na fase da Independência, sendo que a maioria se radicou no Rio de Janeiro, que desfrutava as honras de Capital Federal. Boa parte deles era constituída por livreiros, tipógrafos e jornalistas. Criadas as condições políticas, as matérias começaram a surgir e quase sempre proporcionadas por estrangeiros. E junto com ela a introdução da arte da gravura.

A imprensa vinha se desenvolvendo na medida em que o problema político se tornava mais agudo. As lutas políticas refletiram profundamente no desenvolvimento da imprensa. Foi um desenvolvimento de conteúdo político, não um desenvolvimento técnico. Sob os aspectos formais – impressão e circulação – os jornais não apresentavam mudanças sensíveis. Nos aspectos de conteúdo, porém, as mudanças foram grandes. A vigilância do poder central era constante.

Os jornais livres encontravam-se nas áreas rebeladas, como em Pernambuco, em 1824. “(...) jornalisticamente, em 1831 com o *Carcundão*, surgido no Recife, nasce a caricatura em nosso país. A respeito deste periódico, escreve Alfredo de Carvalho: (...) era redigido com extrema mordacidade (...) trazia grosseiras vinhetas caricatas abertas a canivete em entrecasca de cajazeiro, primeira tentativa de jornalismo ilustrado em Pernambuco”. (BELTRÃO, 1969, p. 396).

Para sustentar a Independência os brasileiros aprofundaram o processo. (...) “não temeram levá-lo às últimas conseqüências. Dai o surto nativista, o ódio ao português, a crítica implacável, a oposição vigilante e virulenta. (...) O que as forças conservadoras mais temiam era justamente o aprofundamento (...) das alterações estruturais, a perda de seu domínio tradicional.” (SODRÉ, 1966, p. 79).

Nessa época “(...) a imprensa era então panfletária e atrevida. Nos períodos de tolerância ou de liberdade atingiu a grandes violências de linguagem e polêmicas, refletindo o ardor apaixonado das facções em divergência, chegando a excessos, a ataques pessoais e insinuações maldosas”. (SODRÉ, 1966, p. 76). A Assembléia Legislativa exigia medidas especiais contra a imprensa. Era, agora, impossível contê-la. Esse ambiente agitado deu lugar a um tipo de imprensa de características específicas: o *pasquim*. As razões do aparecimento e do desenvolvimento desse tipo de imprensa residiram nas condições reais de vida, não surgiram de desejos e deficiências dos jornalistas do tempo.

O Pasquim

A partir de 1831, no período da Regência, proliferaram diversas revoltas provinciais (3). Paralelamente apareceram dezenas de folhetos humorísticos de curta duração (*vide subtítulo 7.4*). Se juntaram novos periódicos, quase todos agressivos, injuriosos, menos preocupados com os problemas gerais e mais preocupados com as pessoas. Surgiam todos os dias novos jornais, novos pasquins. Uns duravam semanas ou meses, outros perduravam. Os que morriam ressurgiam às vezes com nome mudado, mas sempre animados do mesmo espírito de intriga, da mesma vocação para a calúnia. As paixões políticas dessa época estão retratadas mais nos pasquins do que nos jornais dotados de continuidade e estabilidade “(...) escritos na maior parte em estilo desabrido e empregando a sátira burlesca e muitas vezes desonesta, cuja virulenta linguagem era própria da época (...). Os jornais daquele tempo foram a válvula de onde partiram ofensas e calúnias contra os governantes”. (SODRÉ, 1966, p. 112).

Nesse período a imprensa continuou no seu papel, refletindo as contradições sociais e políticas, influenciando no andamento dos acontecimentos. Em função das lutas políticas travadas o desenvolvimento da imprensa não ocorreu só na Corte. Estendeu-se a todo o país, particularmente nas províncias, em que as lutas políticas alcançaram nível mais alto. Estendeu-se até à última de 1848, em Pernambuco, quando encerrou a fase da turbulência.

(3) De 1831 a 1850 foram 19 anos de sucessivas revoltas provinciais, todas de caráter liberal, contra o poder central:

- a guerra rural dos Cabanos, chamada *Cabanada*, em Pernambuco e Alagoas, de 1832 a 1853;
- a *Cabanagem*, no Pará, de 1835 a 1840;
- a *Farroupilha*, no Rio Grande do Sul, a mais longa, de 1836 a 1845;
- a *Sabinada*, na Bahia, de 1837 a 1838;
- a *Balaçada*, no Maranhão, de 1838 a 1840 e
- a *Praieira*, em Pernambuco, de 1848 a 1850
- além de algumas revoltas menores, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Características do Pasquim

A linguagem virulenta não era de uso apenas nas folhas de oposição. Na época, influente jornalista confessaria que “a maioria dos jornais que possuímos mais insulta do que argumenta”, comprovando que as características do jornalismo da época derivavam diretamente das condições do meio, era uma oposição às normas estabelecidas.

Contra essas normas, prevenindo tais alterações, as folhas avulsas, (...) vigilantes, sentindo a ameaça, explodiam no vitupério, inventando aquilo que não podiam conhecer ou antecipando eventos que, em alguns casos, não tinham sido previstos ou preparados. O pasquim trazia para a rua uma política habitualmente preparada em gabinetes, introduzindo o elemento popular naquilo de que ele havia sido propositalmente excluída. (SODRÉ, 1966, p.180).

As inquietações geradas por três séculos de domínio colonial sob a rígida estrutura do latifúndio deflagrariam a necessidade de transformações. Traduziam-se sob as formas mais diversas, a tal ponto de apresentar o comerciante luso como responsável por todas as mazelas, propício a todos os golpes, misturando as condições nacionais às condições de classe e às condições de cor.

Eram vozes desconexas e desarmoniosas, bradando em altos termos e combatendo desatinadamente pelo poder que lhes assegurasse condições de existência compatíveis ou com a tradição ou com a necessidade. Não encontrando a linguagem precisa, o caminho certo, a norma política adequada aos seus anseios e a forma e a organização a isso necessárias, derivavam para a vala comum da injúria, da difamação, do insulto repetido. Não podiam fazer uso de outro processo porque não o conheciam, não estavam em condições de utilizá-lo. Num meio em que educação, (...) estava pouquíssimamente difundida, em que a massa de analfabetos era esmagadora, em que os que sabiam ler não tinham atingido o nível necessário ao entendimento das questões políticas, e em que os que haviam freqüentado escolas superiores se deliciavam em estéril formalismo e no abuso da eloquência vazia, a única linguagem que todos compreendiam era mesmo a da injúria. (SODRÉ, 1966, p. 181).

Não havia venda dos pasquins nas ruas; comprava-se nas tipografias e nas lojas de livros indicadas. Os títulos das matérias se referiam, via de regra, a pessoas, acontecimentos, coisas de interesse notório no momento. Via de regra um só artigo ocupava todo o espaço do pequeno jornal.

(O pasquim) não tinha periodicidade certa, não aparecia em dias previamente fixados, na grande parte dos casos. Houve mesmo exemplos em que se anunciava o aparecimento para quando fosse possível, enquanto houvesse verba, mediante aviso posterior. A maior parte dos pasquins não passou do primeiro número. A quase totalidade teve vida efêmera, saída irregular e até orientação flutuante.

Outro aspecto sob o qual, a rigor, também se deixaria de lado o pasquim, na história do periodismo nacional, foi o seu traço específico de produto de uma só pessoa. Um homem, escritor, foliculário, político, servindo a interesse seus ou de outrem, adotando orientação própria ou obedecendo àquela imposta por seus mandantes, escrevia o jornal inteiro, Jornal de um só assunto, sempre, e de artigo único, quase sempre. (SODRÉ, 1966, p. 178)

Mas nunca, certamente, a imprensa viveu tão de perto os acontecimentos políticos e essa foi a grande virtude do pasquim.

Nessas competições, aqui e ali, às vezes repetidamente (...) apregoava-se a defesa do bem comum, da causa pública. Mas os alvos eram as pessoas que encarnavam estas ou aquelas idéias, posições, doutrinas, tendências, poderes. (...) Tudo isso é perfeitamente compreensível numa época atormentada, em que se pretendia gerar as bases institucionais do país, construir o seu aparelho de estado, consolidar uma estrutura de produção (...) Havia, assim, a tendência constante em tornar grandes as pequenas questões, em tornar públicos os problemas de ordem privada, em tornar pessoais as controvérsias políticas. (SODRÉ, 1966, p.192).

A pregação do sistema federativo e a difusão de idéias republicanas eram consideradas subversivas em seu conteúdo. A linguagem em si tinha circulação franca, por mais injuriosa que fosse. Pela parte adversária era respondida pela mesma linguagem, quando não pelo atentado pessoal.

A Expansão da Imprensa

A possibilidade do jornal diário e a introdução da caricatura são os dois dados mais importantes nesse momento.

O aparecimento da caricatura de forma sistemática traria à imprensa recursos que anunciavam mudanças a que o processo político não ficaria imune. A caricatura chegou regularmente à imprensa brasileira em 1844, com a *Lanterna Mágica*, numa de suas fases mais difíceis, quando a agonia da liberdade de expressão avançava depressa, embora continuassem a surgir aqui e ali, esporadicamente, uns poucos pasquins. Os problemas políticos voltavam ao primeiro plano. Era a época da Guerra do Paraguai, da luta pelo Abolicionismo e do implemento da República.

(...) na verdade, o período de 1830 a 1850 foi o grande momento da imprensa brasileira (...) (*o pasquim*) foi, realmente representação extraordinariamente rica do ambiente brasileiro, em sua inequívoca autenticidade. Tomando o conjunto de suas características – a virulência de linguagem não foi senão uma dessas características – revelando peculiaridades nacionais e conservando conteúdo democrático que constitui o seu traço mais admirável.

(...)

Corresponde, por outro lado, ao período artesanal, em que era possível alguém fazer um jornal sozinho. Encerrada essa fase, o jornal passará a ser empresa – pequena empresa, de início, para chegar às proporções de grande empresa, como se apresenta em nossos dias. (SODRÉ, 1966, p. 207).

As dificuldades dos transportes e do serviço de Correio impediam que os jornais da Corte e das capitais se difundissem para o interior. Com isso, a imprensa também passou a se desenvolver no interior das províncias.

No fim da década da década de 1860 as alterações na fisionomia do país começaram a crescer e a se manifestar em acontecimentos políticos.

A partir do início da segunda metade do século XIX o Império está com sua estrutura articulada e firme. Os germes da mudança surgirão logo após a guerra com o Paraguai. E o primeiro deles é a extinção do tráfico negreiro.

Virão em seguida inovações na técnica de impressão, principalmente com a litografia, e alterações no sistema de distribuição. As publicações retomarão o ímpeto ao aproximar-se o fim do século. Estará, então, aparelhada para enfrentar nova etapa de expansão.

Até 1874 as notícias do exterior chegavam por carta. Nesse ano a agência telegráfica de notícias Reuter-Havas instala no Rio sua primeira sucursal. Agora a imprensa nacional já se interliga ao mundo e entra em sua fase empresarial.

